



Todos à Alesp por mais recursos para a educação pública!

**HOJE CARAVANA À
(30/6 -terça) ALESP**

**Discussão sobre a
aprovação da LDO**

Saída às 11h30 do estacionamento da BC

Hoje é dia de luta! A categoria precisa mostrar sua força na manifestação por mais recursos para a educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. Por isso, as três universidades estaduais paulistas farão um ato na Assembleia Legislativa à tarde, quando deve ser votado o projeto de lei da LDO em plenário.

Orçamento tem que acompanhar crescimento das universidades

As reivindicações do Fórum das Seis, apresentadas como propostas de emenda ao projeto de lei, são: a ampliação do repasse do Estado, dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS, e o fim do desconto das verbas destinadas às políticas habitacionais, juros e moras e outras na base de cálculo do orçamento das universidades.

O Fórum das Seis levantou que, sem a correção inflacionária dos valores de 2013 e 2014, apenas nestes dois anos foram subtraídos da base de cálculo das universidades estaduais R\$ 7,3 bilhões relativos a multas e juros

Fonte: Anuário Estatístico (análise do F6)

Crescimento da Unicamp entre 1994 e 2014

GRADUAÇÃO	Estudantes	87,1%
	Cursos	50%
	Vagas	66,8%
PÓS	Estudantes	70,3%
	Cursos	70,6%
	Títulos outorgados	109,3%
Docentes		- 10,1%
Técnico-administrativos		- 1,9%

de mora do ICMS, multas e juros de mora da dívida ativa, multas por auto de infração, receita da dívida ativa do ICMS e outras rubricas.

Desde 2005 o governo do Estado também vem descumprindo o acordo que levou à implantação do campus de Limeira e deixando de investir por ano mais 0,05% do ICMS na Unicamp.

Enquanto isso as universidades crescem e veem aumentar a crise de financiamento, já que o percentual de repasse está congelado há 20 anos.

Outras reivindicações

O Fórum das Seis também defende que sejam incluídos na LDO outros dois artigos: um destinando, no mínimo, 33% do total do produto da arrecadação de impostos para a Educação Pública no Estado de São Paulo, e outro que assegure no mínimo 3,3% do total do produto do ICMS para o Centro Paula Souza.

Participantes do ato terão ponto abonado

A reitoria atendeu a solicitação do sindicato para liberar do expediente os funcionários que acompanharão a votação, pois é comum o processo se estender pela madrugada. O sindicato fornecerá comprovante aos funcionários que precisarem apresentar documento comprobatório à chefia.

Fórum das Seis se reúne pela manhã

Hoje às 10 horas ocorre uma reunião do Fórum na Alesp, e às 14 horas os líderes das bancadas devem receber a coordenação das entidades.

Inscrições ao CR são prorrogadas

Será prorrogado até 31 de julho o prazo para inscrição de candidaturas ao Conselho de Representantes.

O sindicato divulgará em breve a aplicação dos critérios já aprovados para as unidades onde candidaturas já foram inscritas.

Não à redução da maioria penal

Amanhã será votada no plenário da Câmara dos Deputados a PEC 171/1993, que visa reduzir na Constituição a maioria penal de 18 para 16 anos.

Segundo o Ministério da Justiça, os jovens que cometem crimes representam menos de 1%, enquanto são 36% dos assassinados no Brasil. Fora isso, os menores de 18 anos já sofrem punição quando cometem atos tipificados como crimes, diferentemente do que é divulgado, como internação em instituições muito similares a presídios por até três anos e outras medidas privativas de liberdade.

Mesmo com a quarta maior população carcerária do mundo (cerca de 500 mil presos) o país não tem diminuído a criminalidade, nem aumentado a rein-

serção dos infratores na sociedade.

Colocar os jovens em cadeias só fará com que estes fiquem ainda mais vulneráveis, ampliando as chances de reincidência, uma vez que essas instituições não cumprem com sua função de ressocialização.

E nenhum país que reduziu a maioria diminuiu os índices de criminalidade. No caso dos EUA, a Unicef constatou que os jovens saíram dos presídios e voltaram a cometer infrações de forma mais violenta.

Os adolescentes não precisam de cadeias e sim de escolas e saúde de qualidade, cultura e lazer. Por isso, o STU é contra a redução da maioria penal e convoca a todos para se mobilizarem contra essa PEC. Educar é melhor que punir!



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

APOSENTADOS

Festa Julina será dia 24 de julho

A tradicional Festa Julina dos Aposentados da Unicamp acontece no dia 24 de julho (sexta-feira), das 14 às 17h30, na Associação Campineira dos Funcionários Públicos (rua José de Alencar, 795, Centro de Campinas). O arraial, organizado pela Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do STU, terá pipoca, quentão, doces típicos, música da roça e muita dança caipira. Para participar é necessário confirmar presença junto à secretaria do STU até 17 de julho.

A confraternização é uma boa oportunidade de integrar os trabalhadores aposentados. Venha vestido a caráter e traga a sua família porque a festa vai ser animada!

Comissão das 3 universidades tem reunião dia 8/7

No dia 8 de julho (quarta-feira) ocorrerá a reunião da Comissão de Aposentados das Três Universidades Estaduais Paulistas.

A atividade terá início às 10 horas, na Sala da Congregação da Faculdade de Educação da Unicamp. Na pauta, a extensão do auxílio alimentação para os aposentados, projetos de lei de interesse do segmento no Congresso Nacional, reivindicações específicas e assuntos gerais.

STU cobra aplicação da Lei da Transparência das contas na Unicamp

Em meio a diversos problemas causados pela crise de financiamento nas universidades estaduais paulistas, com o corte de verbas para diversos setores e, aqui na Unicamp, o atraso na efetivação da isonomia salarial, é imprescindível que a Universidade cumpra a Lei da Transparência. Apesar de inúmeras cobranças do STU, a Unicamp ainda não cumpre a legislação, já que ainda não divulgou informações referentes a contratos, folhas de pagamento, etc.

Esta é uma cobrança não só do sindicato, mas de toda a comunidade acadêmica e da sociedade, que tem o direito de saber como é aplicado o dinheiro público destinado a um patrimônio importante, que é a universidade pública. Que-

remos conhecer todos os recursos disponíveis, incluindo os extraorçamentários, a fim de que a comunidade possa opinar sobre quais são as prioridades de gastos da Universidade e como é possível melhorar a situação de crise.

A Ouvidoria Geral do Estado também já encaminhou recomendação para a divulgação dos dados à Universidade, com base em recente decisão do Supremo Tribunal Federal.

O STU continuará cobrando para que a Unicamp divulgue as informações, nos moldes do que já é feito na USP. Ressaltamos ainda que essa reivindicação consta na Pauta de Específica dos trabalhadores, sobre a qual o sindicato ainda aguarda retorno da reitoria.

Solidariedade a sindicalistas criminalizados por lutar

A última assembleia da categoria aprovou duas moções contra a criminalização das lutas. A primeira, em apoio ao diretor do Sintusp Marcello Ferreira dos Santos (o Pablito), que está sendo ameaçado de demissão por justa causa pela reitoria daquela Universidade. E a segunda, em apoio à professora Ailma Maria de Oliveira, presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil naquele Estado (CTB-GO), e

o líder do MST Valdones Santos (o Gaúcho). Ambos foram detidos arbitrariamente no município de Goiânia (GO) durante as manifestações convocadas pelas centrais sindicais no dia 29 de maio e autuados por "importunação do trabalho".

O STU repudia as perseguições aos trabalhadores.

As íntegras das moções estão disponíveis na página do sindicato na internet (www.stu.org.br).